

## **O MAIO FRANCÊS E A CONSTRUÇÃO DA ALIANÇA OPERÁRIO-ESTUDANTIL**

Sérgio Luiz Santos de Oliveira<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Muito se escreveu sobre as jornadas de lutas ocorridas em maio de 1968 na França. Teses, dissertações, artigos, obras memorialísticas, dentre outras, concentraram-se no protagonismo estudantil desse emblemático ano. Contudo, as jornadas de 1968 contaram também com outros atores. Em maio do ano em questão, cerca de dez milhões de trabalhadores cruzaram os braços em apoio às lutas estudantis. Estudantes e trabalhadores de diversos setores se uniram contra a repressão do regime do Charles de Gaulle, abalando as estruturas da sociedade burguesa francesa, causando inquietação em toda a Europa Ocidental. Este artigo busca problematizar tal movimento de amplas proporções.

**Palavras-Chave:** França, jornadas, estudantes, trabalhadores, geração, união

### **THE FRENCH MAY AND THE CONSTRUCTION OF THE WORKER-STUDENT ALLIANCE**

### **ABSTRACT**

Much has been written about the days of struggles that took place in May 1968 in France. Theses, dissertations, articles, memorialist works, among others, focused on the student protagonism of such emblematic year. However, the 1968 days also had other actors. In May of the year in question, about ten million workers crossed their arms in support of student struggles. Students and workers from various sectors joined together against the repression of the Charles de Gaulle regime, shaking the structures of French bourgeois society, causing unrest throughout Western Europe. This article seeks to problematize such a movement of large proportions.

**Keywords:** France; Journeys; Students; Workers; Generation; Union.

---

<sup>1</sup> É Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Pós-doutorando em História Social pelo Departamento de História da FFLCH/USP. Pesquisa movimentos sociais na América Latina Contemporânea. E-mail: [sluiz76@usp.br](mailto:sluiz76@usp.br)

## 1 INTRODUÇÃO

De todos os levantes estudantis ocorridos em 1968, o francês foi sem dúvida o de maiores dimensões, o mais espetacular, e o que mais abalos provocou nas estruturas de poder de sua sociedade. Sobre seu questionamento radical aos costumes, sua crítica a alienação e a reificação do homem, ou seja, sua trincheira filosófico-cultural, muito já foi publicado (HOBSBAWM, 2003)<sup>2</sup>. Igualmente, sobre sua composição estudantil, há farta documentação e muito continua a se pesquisar e publicar até os dias de hoje. O que nos interessa, neste artigo, é salientar a união – ou tentativa de união – entre operários e estudantes, algo que também foi buscado no contexto de lutas travadas no Brasil<sup>3</sup>, no mesmo agitado ano de 1968. Faremos uma breve cronologia dos eventos de maio, para em seguida nos concentrarmos na greve geral levada a cabo pelos trabalhadores franceses, movimento que reuniu dez milhões de pessoas, sendo a maior paralisação já vista na história do movimento operário mundial.

## 2 A REBELIÃO ESTUDANTIL

Grandes rebeliões estudantis não eram algo de novo, em finais da segunda década do Século XX, a Argentina foi palco de um movimento de grandes proporções partido da Universidade de Córdoba. Em 1918, estudantes universitários, vinculados a instituição fundada em 1621, símbolo do orgulho nacional argentino, rebelaram-se contra um modelo acadêmico visto como “anacrônico e fundado numa espécie de direito divino do professorado, que mantinha os docentes separados da realidade e distantes dos alunos” (FREITAS NETO, 2011, p. 66). Observemos as reivindicações dos estudantes cordobenses, cinquenta anos depois, as demandas estudantis verificadas mundo afora não diferiam muito das exigências abaixo expostas, que segundo o autor, que segundo José Alves Freitas Neto, podem ser sintetizadas em:

---

<sup>2</sup> De acordo com Eric Hobsbawm, somente ao final de 1968, “pelo menos cinquenta e dois livros sobre os acontecimentos de maio haviam surgido”, e esta tendência prossegue até os dias de hoje. Do mesmo autor, “Maio de 1968”. (HOBSBAWM, 2003, p. 235)

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre a tentativa de construção de uma aliança operário-estudantil no Brasil consultar: MARTINS FILHO, 1987, e VALLE, 1999.

- coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa;
- participação livre nas aulas;
- periodicidade definida e professorado livre das cátedras;
- caráter público das sessões e instâncias administrativas;
- extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes;
- autonomia universitária; universidade aberta ao povo (Idem, p. 67).

O movimento de Córdoba foi responsável pela modernização de uma Universidade que ainda apresentava traços arcaicos de fundo colonial, e representou uma vitória para o movimento estudantil local. O êxito dos universitários argentinos contagiou outros centros estudantis latinoamericanos, e movimentos semelhantes foram vistos no Peru, Uruguai, México e Chile. Com efeito, vemos a partir dos dados supracitados que grandes levantes estudantis não eram algo de novo na história do Ocidente. Destarte, o que conferiu tamanha ressonância ao Maio francês de 1968?

Podemos lançar mão de algumas hipóteses, sem a pretensão de definir o tema. Em primeiro lugar, a posição central ocupada pela França nos meios acadêmicos internacionais, região de Universidades longevas e de grande prestígio, a exemplo da Sorbone, localizada em Paris, um dos centros de produção de conhecimentos mais respeitados em todo mundo. A Sorbone foi um dos principais palcos do levante estudantil do ano em análise. Podemos também considerar a posição de destaque ocupada pela Europa Ocidental, endereço de outras instituições importantes e bastantes tradicionais de ensino e pesquisa. Os eventos iniciados em Paris acabaram por se espalhar para outras praças do continente europeu, como Berlim, Roma, Londres, Madrid, Varsóvia, Praga, etc. E desta região se espalhou para o mundo, como é bem sabido, indo de Los Angeles ao Rio de Janeiro, de Adis Abeba a Tóquio, além de diversas outras localidades. O terceiro ponto que destacamos são as proporções que o movimento de 1968 atingiu na própria França, a ponto de pôr em xeque a Quinta República. O que conferiu grandiosidade ao Maio francês foi justamente a participação dos trabalhadores, algo que engendrou uma das maiores paralisações da história do capitalismo, assustando a

burguesia europeia. É justamente neste ponto que pretendemos nos concentrar, como esta parceria, ou união temporária, serviu para abalar os alicerces nação francesa, e conferir grandiloquência a um movimento que se somou à larga tradição de levantes populares na pátria dos *communards* de 1848 e 1871.

As tensões entre estudantes e repressão tiveram início na Universidade de Nanterre, subúrbio de Paris, quando em 22 de março de 1968 seis membros do comitê de protestos contra a Guerra do Vietnã foram presos, após apelo do reitor Pierre Grappin as forças policiais. Em protesto, a reitoria da Universidade foi ocupada, nessa movimentação teve início as atividades do Movimento 22 de Março, grupo que tinha como principal liderança um estudante judeu, nascido na França, mas filho de pais alemães, chamado Daniel Cohn-Bendit. O nome do novo movimento era uma referência a organização 26 de Julho, formada por Fidel Castro, em homenagem a rebelião do Quartel de Moncada, ocorrida na mesma data, em 1954. O dia da prisão dos seis universitários de Nanterre foi tomado como um marco na luta dos estudantes dessa faculdade, assim como o fora a rebelião em Santiago de Cuba, mais de uma década antes.

Em meados de abril, o reitor Grappin ordenou o fechamento da Universalidade devido à agitação política estudantil, e tomou medidas disciplinares contra as lideranças locais, dentre estas, Cohn-Bendit. Em três de maio, uma sexta-feira, as agitações que estiveram restritas a Nanterre, ganharam Paris. Universitários da capital se uniram aos do subúrbio, num protesto contra perseguições ao estudantado. O reitor da Sorbonne, Paul Roche, conselheiro de seu homônimo Grappin, convocou a tropa de choque, conhecida como CRS (Companhia Republicana de Segurança) sob pretexto de evitar um confronto entre os manifestantes e um grupo estudantil de extrema direita francês, conhecido por *Occidente*. A Sorbonne foi invadida pela polícia, estudantes foram espancados e presos. Este evento abriu o mês revolucionário na França.

Em 6 de maio, segunda-feira, teve início uma jornada de lutas que duraria até o final da semana, executada por estudantes, professores e populares do Quartier Latin, que desde o início se posicionaram ao lado dos manifestantes. A encabeçar os protestos, despontaram três organizações, o já mencionado 22 de Março, capitaneado por Daniel Cohn-Bendit, a UNEF (União Nacional dos Estudantes Franceses), presidida por Jacques Sauvageot, e a SNE-Sup (Sindicato Nacional do Professores do Ensino Superior),

representada por Alain Geismar. Além dos três grupos supracitados, havia também a JCR (Juventude Comunista Revolucionária), movimento trotskista liderado por Daniel Bensaïd e Alain Krivine, a UEC (União dos Estudantes Comunistas), ligada ao Partido Comunista Francês, o PCF, a UJC-ML (União da Juventude Comunista Marxista Leninista), sigla de orientação maoísta, dentre outros grupos menores.

A primeira semana de lutas se convencionou considerar a fase inicial do movimento, quando as mobilizações ficaram restritas a uma maioria estudantil. Nessa fase, os protestos se espalharam para outros centros universitários do país, e ganharam a adesão dos secundaristas, através dos CAL's (Comitês de Ação dos Liceus). Intelectuais e artistas de renome aderiram ou manifestaram solidariedade a revolta, como Jean Paul Sartre, Alain Touraine, Jean Genet, Paul Ricoeur, Nicos Poulantzas, Jean Luc Godard, Pablo Picasso, Ernest Mandel; alguns participaram pessoalmente da edificação das barricadas (ALI, 2008, p. 292). Do dia 10 para o dia 11, ocorreu a célebre noite das barricadas, no Quartier Latin, especialmente na Rua Gay Lussac, com forte reação dos CRS. Em solidariedade aos estudantes presos e espancados, foi convocada uma greve geral pelos trabalhadores para o dia 13, segunda-feira.

Até o final de maio as agitações se espalharam para todo o país, combates entre manifestantes e forças policiais seriam observados nos principais centros universitários, inúmeras faculdades seriam ocupadas, num movimento que chamaria a atenção do mundo todo. As reivindicações imediatas não diferiam muito dos demais cenários de luta verificados nos países desenvolvidos, exigiam-se melhorias nas condições de ensino e pesquisa, aumento de vagas, supressão de métodos pedagógicos ultrapassados e renovação nos quadros docentes.

Também lutava-se contra o que ficou conhecido como *reforma Fouchet*, em homenagem Christian Fouchet, Ministro da Educação entre 1962 e 1967, substituído por Alain Peyrefitte, que deu prosseguimento ao projeto de seu antecessor. Dentre os pontos polêmicos da reforma, estava a divisão do ensino superior em ciclos de dois e quatro anos, sendo dificultada ao máximo a progressão nos cursos, estando os diplomas facultados aos que completassem todo o período prescrito. Essa medida visava solucionar o inchaço das universidades, eliminando no meio dos cursos boa parte dos alunos, desobrigando o governo a expandir as vagas (CAUTE, 1988, pp. 196-197).

Não obstante, mais do que foi testemunhado em outros cenários de mobilização da juventude, na França, as demandas subjetivas ganharam maior destaque e chegaram mesmo a alçar voo solo. Era questionada a ordem capitalista burguesa, os costumes da tradicional sociedade francesa, os padrões de comportamento, a sexualidade, a sociedade de consumo. A perspectiva da “Universidade crítica”, desenvolvida no meio estudantil alemão, também se fez presente nos debates franceses. Os grandes divulgadores das concepções da “Universidade crítica” foram os ativistas da SDS (União Socialista dos Estudantes Alemães), tendo como principal liderança Rudi Dutschke, jovem criado na República Democrática Alemã. Dutschke era partidário das concepções político-filosóficas de Herbert Marcuse, e foi muito influente nos meios universitários europeus. Tariq Ali comenta que o líder da SDS falava em

(...) ampliar a base do movimento estudantil com a “longa marcha através das instituições”, expressão muito usada e discutida pela SDS. (...) a longa marcha não significava “tomar por dentro”, mas sim ganhar experiência em todas as frentes: na educação, na informática, nos meios de comunicação de massa, na organização da produção, preservando, ao mesmo tempo, a consciência política. A meta da “longa marcha” era construir contra-instituições: zonas livres no interior da sociedade burguesa que equivaleriam às áreas libertadas pelos partidários de Marx na China, durante a longa guerra civil, e administradas pelos comunistas chineses. A universidade era decisiva nesse processo, já que era ali que seria possível treinar e preparar quadros alternativos para substituir os quadros da classe governante (ALI, 2008, p. 263-264).

Em meio à ebulição revolucionária, os muros de Paris foram tomados por frases que se perpetuaram no imaginário de movimentos sociais mundo afora. Frases como: “É proibido proibir”, “A imaginação no poder”, “Não mude de emprego, mude o emprego da sua vida”, dentre outras, tornaram-se populares em todo o planeta. Frases rapidamente apropriadas pelo mercado publicitário, reproduzidas fora de seu contexto original e absorvidas pela arte pop. O ápice da rebelião cultural jovem de 1968 foi assistida, sem dúvida, no maio francês.

Nas jornadas de maio foram ocupadas a Sorbonne e o Teatro Odéon, monumentos que foram “abertos ao povo e se transformaram em centros de debates ininterruptos sobre a nova sociedade” (MARTINS, 2004, p. 121). O tradicional festival de cinema de Cannes foi interrompido sob a acusação de “festival burguês”, o Quartier Latin, ocupado pelos manifestantes, foi rebatizado com o nome de “bairro do Vietnã Heróico”. A Bolsa de Valores foi incendiada. A prefeitura de Paris, fortemente vigiada, não pôde ser tomada pelos manifestantes, como acontecera em 1871. Os funcionários da ORFT (Escritório (Office) de Radiodifusão e Televisão Francesa) se rebelaram contra seus superiores e se comprometeram a noticiar os fatos de forma “honesto, completa e objetiva” (Idem, p. 122). Mas, no contexto francês, as possibilidades iam além da conquista de contrainstituições e ultrapassavam o âmbito cultural, a revolução estava na ordem do dia, e possuía pretensões que iam além das subjetividades.

### **3 A GREVE GERAL**

Desde 1958, a França era governada pelo carismático presidente Charles de Gaulle, e seu primeiro ministro, desde 1962, era Georges Pompidou. O crescimento econômico da década de cinquenta estava em fase de desaceleração, o desemprego aumentara em 2,3%, e há cinco anos os salários se encontravam congelados, para uma classe operária que crescera em torno de 30% nos anos anteriores a 1968 (ALI, 2008: 288-289). A insatisfação entre trabalhadores era latente, e os acontecimentos de maio trouxeram a tona seu descontentamento.

A partir de 13 de maio teve início uma greve geral na França, a paralisação fora convocada em apoio à luta dos estudantes e em protesto contra a truculência policial. Um milhão de pessoas marcharam sobre Paris dois dias após a “noite das barricadas”. Mas o movimento não se restringiu a esse ato contrário a violência dos CRS, e já no dia seguinte, uma onda de paralisações se espalhou por todo o país. Nessa mesma noite, o Primeiro Ministro Georges Pompidou anunciou um recuo, ordenou a reabertura da Sorbonne e a soltura dos estudantes presos, mas sua manobra não obteve êxito. No mesmo dia, 14 de maio, dois mil operários da Sud-Aviation, empresa próxima a Nantes, não apenas aderiram ao movimento paredista, como ocuparam a fábrica e sequestraram seus



diretores. O mesmo foi verificado entre os quatro mil funcionários da Renault de Rouen. No dia 15 foi a vez da filial de Renault em Paris, que possuía 23 mil empregados (CAUTE, 1988, pp. 215-219).

As greves atingiram as indústrias mecânicas e químicas, as empresas de exploração de carvão, os empregados da EDF-GDF, do setor do gás, aderiram ao movimento, mas decidiram continuar com o fornecimento do produto a população. Os trabalhadores do setor postal cruzaram os braços, assim como os ferroviários, os portuários, os condutores de *ferry-boats*, que foram acompanhados por pequenos produtores rurais e camponeses (Idem, *ibidem*). Igualmente marcante foi a adesão daqueles que foram identificados por Alain Touraine como *professionais*, trabalhadores de classe média, boa parte diplomados, sendo os mesmos professores, médicos, arquitetos, bancários, funcionários públicos, “gente do rádio e da televisão”. Segundo Touraine, nesse setor se encontrava “o principal protagonista do movimento de maio”, os elementos mais “ativos e independentes (HOBSBAWM, 2003. p. 243). Para se entender o raciocínio de Touraine, é necessário verificar o papel das centrais sindicais francesas durante os eventos de maio.

A principal federação sindical da França era a CGT (Confederação Geral do Trabalho), ligada ao PCF, entidade que possuía, a altura dos acontecimentos em análise, aproximadamente um milhão e quinhentos mil sócios. Em segundo lugar vinha a CFDC (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), de origem cristã, contando com setecentos e cinquenta mil associados (CAUTE, 1988 p. 216). A greve geral que se desenvolveu após o dia 13 se desenrolou a margem dos sindicatos oficiais, pegando-os de surpresa. A grande paralisação teve como foco detonador o ativismo estudantil. Os trabalhadores se mobilizaram a partir das barricadas, não a partir de suas federações laborais, domesticadas pelo sistema. No entanto, o sindicalismo oficial rapidamente se antecipou aos eventos e tomou a frente das negociações. Mas a simbiose entre estudantes e operários definia o caráter do movimento, levando até mesmo a comedia CGT a encampar certas exigências mais avançadas de seus associados.



#### **4 A FRENTE OPERÁRIO-ESTUDANTIL, OU ESTUDANTIL-OPERÁRIA**

Dois dias após a grande paralisação, um grupo de discussões, organizado na Sorbonne, orientava a todos os trabalhadores grevistas a ocupar imediatamente suas fábricas e organizar conselhos operários. O termo em voga era a autogestão, ideia propalada, sobretudo, pelo movimento 22 de março, que a preconizava tanto para os meios estudantis quanto para os laborais. As ideias partidas dos ativistas acantonados na Sorbonne contagiavam os trabalhadores mais jovens, cansados do burocratismo da CGT e congêneres, porém, tais propostas eram avançadas demais para seduzir as camadas operárias em seu conjunto. Partindo da vanguarda do movimento, as palavras de ordem não se restringiam a reivindicações corporativas laborais, buscava-se também a supressão do modo de produção capitalista. Assim como o modelo estatal burguês ocidental, o modelo de Estado de economia planificada do bloco socialista era igualmente rechaçado pelos grevistas franceses. O que estava em pauta era a criação de um novo tipo de sociedade, com um novo modo de organização social. A supressão do próprio Estado era a meta a ser alcançada para muitos. Observemos como tal concepção era expressa pelo movimento 22 de março:

(...) há perspectivas revolucionárias concretas mais claras que no início do Movimento. Para nós, o estabelecimento de uma sociedade sem classes passa pela autogestão. Quando os operários forem retomar o trabalho, eles farão a seguinte pergunta: Como e porque se vai recomeçar? Poder-se-ia fazer funcionar a empresa sem os patrões? É preciso que a autogestão se instaure para destruir o capitalismo.

(...)

A autogestão, gestão direta, pouco importam as palavras. Mas é preciso evitar que o capitalismo seja sucedido por um socialismo rígido. A tomada das responsabilidades pelos trabalhadores dispensa o centralismo, a organização, os partidos. O poder do Estado não se imporá sempre (COHN-BENDIT, 1968, p. 49).

O grosso dos operários que cruzaram os braços a partir de 13 de maio o fez por questões corporativas, o discurso revolucionário de Daniel Cohn-Bendit e seus

companheiros soava abstrato ao trabalhador comum. Ainda assim, os dirigentes da CGT se encarregaram de formar um *cordon sanitaire* entre seus filiados e os estudantes. Nas passeatas de protestos iniciadas na segunda semana de maio, estudantes e operários marcharam separados, o esforço da CGT em apartar o movimento se dava no sentido de evitar um possível contágio entre seus signatários pelas ideias radicais dos estudantes avançados.

A atitude da CGT era coerente com as diretrizes do PCF, a muito inserido ao *status quo* de sua sociedade, fiel as diretrizes do PC soviético, num contexto de *detente* entre as duas potências nucleares do mundo bipolar. Não seria interessante para o jogo político internacional o surgimento de um Estado revolucionário de novo tipo no coração da Europa ocidental, um dos principais centros do bloco capitalista. As propostas dos rebelados de maio não coadunavam com o programa moderado dos tradicionais comunistas franceses, que desde a final da Segunda Guerra Mundial optaram por atuar em seu cenário político respeitando as regras do jogo.

Em contrapartida, as forças do levante, seus setores mais avançados e combativos, não traziam em suas propostas alternativas concretas em oposição ao poder estabelecido. Suas bandeiras eram carregadas de demandas subjetivas, que não discutiam a fundo o estabelecimento de uma sociedade em transição a um estágio superior de organização política e econômica, com ou sem a supressão do Estado. As propostas a emanar das barricadas não podiam seduzir os trabalhadores em seu conjunto. Sobre essa problemática, Eric Hobsbawm, mais uma vez citando Alain Touraine, comenta que:

O inimigo já não é uma pessoa ou uma categoria social, o monarca ou a burguesia. É a totalidade dos modos de ação do poder socioeconômico despersonalizado, “racionalizado, burocratizado...” O inimigo, por definição, não tem rosto e nem sequer é uma coisa ou uma instituição, mas um programa de relações humanas, um processo de despersonalização, não é a exploração que envolve exploradores, mas a alienação. (...) O movimento popular foi, pois, subpolítico ou antipolítico. A longo prazo, isto não diminui sua importância ou influência histórica. A curto prazo, porém, foi fatal (HOBSBAWM, 2003, p. 242).

Procurando pôr um ponto final ao movimento de maio, no dia 26, a CGT buscou uma solução negociada com o poder francês, nas conversações que ficaram conhecidas como *Acordos de Grenelle*, costuradas entre as centrais sindicais e o próprio Primeiro Ministro, Georges Pompidou. Dentre as medidas acordadas no encontro, estava um aumento do salário mínimo de 35%, um aumento global nos vencimentos dos trabalhadores de 10%, e o estabelecimento de quarenta horas semanais de trabalho (os franceses trabalhavam em média 44 horas por semana). Sobre a participação dos operários na gestão de suas empresas, foram feitas vagas propostas (CAUTE, 1988, p. 266). O acordo foi fragorosamente rejeitado pelos operários, e no dia 27 a crise chegou a sua dimensão máxima, pela primeira vez a Quinta República se viu efetivamente ameaçada. Nesse panorama, o socialista François Mitterrand propôs a formação de uma *Frente Popular*, tendo como Primeiro Ministro Pierre Mendès France, que propunha um governo de coalizão entre as forças progressistas do país.

No mesmo dia, De Gaulle deixou Paris e se dirigiu a Alemanha para firmar um acordo com o exército. Para tanto, negociou com oficiais da extrema-direita francesa. Veteranos da OAS (Organização do Exército Secreto)<sup>4</sup>, movimento formado após a independência da Argélia, receberam o perdão oficial. Dentre os indultados estavam os generais Massú e Salan, notórios torturadores. Uma vez garantido o apoio do exército, De Gaulle retornou a França e proferiu um incisivo discurso a nação condenando o movimento de maio, lançando o brado: *la réforme, oui, la chienlit (bagunça) non!* No mesmo discurso convocou o povo a marchar sobre o Champs-Élysées contra a “subversão e a ameaça do comunismo totalitário” (CAUTE, 1988, p. 266).

Atendendo ao chamado, milhares de pessoas se dirigiram as ruas de Paris, aos gritos de “Argélia francesa”, “franceses ao trabalho”, “desinfetem a Sorbonne”, “Cohn-Bendit a Dachau (campo de concentração nazista)” (Idem, ibidem). De Gaulle também dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições para o mês seguinte, nas quais saiu vitorioso, com ampla maioria no parlamento. As forças da repressão foram voltadas contra o movimento paredista, fábricas foram violentamente desocupadas pela repressão, houve prisões em massa, e até o dia 5 de junho as greves foram suprimidas em todo o

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a OAS, consultar: YAZBEK, 2010, pp.69-73

país. Todas as faculdades ocupadas foram retomadas pela polícia. O saldo final foi de cinco mortes, sendo um policial, dois operários e dois estudantes.

Mas De Gaulle não pôde refutar por completo as exigências populares, um aumento de 35% foi concedido aos trabalhadores, e foi estabelecido o regime de quarenta horas semanais, para satisfação da CGT. No entanto, não mais se falou em comissões de empresa. Os benefícios foram destinados principalmente aos operários, a categoria dos *professionais* pouco foi contemplada, e entre estes as represálias foram mais ostensivas. A medida governamental foi uma estratégia clara para dividir o movimento, isolando suas facções mais radicais.

Uma reforma universitária foi negociada com comunistas e socialistas, a revelia dos grupos estudantis mais avançados. Onze organizações foram postas na ilegalidade, dentre elas a JCF e o 22 de Março. Também foi proscrito o grupo *Occidente*, de extrema-direita. A derrota do levante de maio abriu espaço para o florescimento de uma nova direita, a mesma que dominaria o espaço político e cultural francês nos anos subsequentes, em detrimento de uma esquerda que jamais conseguiu recuperar o prestígio que obtivera em 1968.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos demais cenários de luta europeus, as mobilizações tiveram continuidade nos anos subsequentes. Na Itália, o ápice dos movimentos de massa ocorreu no ano seguinte, numa escalada de rebeldia que ficou conhecida como “outono quente”, quando também se verificou a coalizão operário-estudantil, mas sem as mesmas proporções vistas na França. Após forte onda repressiva, os setores mais radicais dos movimentos estudantis e operários italianos partiram para a luta armada, num conflito particular e sangrento que se estendeu durante a década seguinte (SOMMIER, 1992, LOLLO, 1999).

Algo semelhante se observou na Alemanha Ocidental, país que não foi atingido por levantes estudantis com as mesmas proporções de seus vizinhos, mas que também foi palco para movimentos armados radicais como a Fação do Exército Vermelho (em alemão RAF), organização que ficou conhecida internacionalmente como grupo *Baader-*

*Meinhof*, devido aos nomes de duas de suas principais lideranças. Até princípios dos Anos 1980, guerrilheiros desse grupo ainda desafiavam o Estado alemão-ocidental.

No Reino Unido, atos de insubmissão política praticados pelo IRA (Irish Republican Army – Exército Republicano Irlandês), colocaram em polvorosa a opinião pública britânica, dividindo opiniões, sustentando um clima de agitação que seria galvanizado pelo governo neoliberal de Margareth Thatcher. Algo semelhante se viu na Espanha, referente as ações do ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* – Pátria Basca e Liberdade), movimento que ajudou a ruir os alicerces do franquismo moribundo, levando este país à refundação do modelo constitucional democrático após a derrocada final do fascismo franquista. Portugal, por sua vez, viu sucumbir o embolorado sistema salazarista, substituído por um modelo de tonalidades socialistas engendrado após a celebrada Revolução dos Cravos.

Na França não se viu nada parecido, após a agitada década de 1960, com seu início traumático, a partir da rebelião da OAS, e seu fechamento com o Maio de 1968, esta nação passou pelas décadas seguintes sem grandes sobressaltos. O ataque aos direitos trabalhistas foi menos intenso do que o verificado na vizinha Inglaterra, algo que sustentou um clima de relativa tranquilidade nas relações entre capital e trabalho. Nos meios estudantis, não mais se verificou grandes atos de protesto, ao menos nas proporções do que se viu em 1968. Até o final dos Anos 1970, e princípios da década seguinte, o que se testemunhou foi o crescimento assustador da extrema-direita francesa, capitaneada pelo Front Nacional de Jean Marie Le Pen (CARVALHO, 2016).

Acerca do legado do Maio de 1968, muito se discutiu e ainda irá se discutir, fugiria ao escopo deste trabalho traçar uma exposição detalhada sobre o herança do ano em apreciação. A guisa de conclusão, indicamos que os eventos ocorridos no Quartier Latin abriram novas perspectivas em termos de mobilização estudantil, a partir de protestos e manifestações organizados pelo próprio estudantado, descolado dos tradicionais métodos de protesto propostos pela tradicional esquerda francesa. Tais eventos também ensejaram o protagonismo jovem, a partir dos próprios jovens, com toda carga de vitalidade e imaginação características desta faixa etária. Aqui se encontrava a força e ao mesmo tempo a limitação do movimento. O que sobrava em disposição, faltava em frieza e ponderação para a construção de um movimento mais duradouro.

A parte estas constatações, a rebelião jovem francesa influenciou todo o mundo, seguiu e segue servindo como referência para atos de insubmissão, para aqueles que ainda sonham com a “imaginação no poder”. Com relação aos trabalhadores, vimos que os setores operários obtiveram ganhos reais, embora suas demandas políticas tenham sido postas de lado. Outros setores profissionais não lograram a mesma sorte, sendo alvo de posteriores perseguições, muitos perdendo seus empregos. O espetacular ano de 1968 na França seguirá ensejando controvérsias, este artigo buscou se somar a um debate que ainda durará por gerações.

## REFERÊNCIAS

ALI, Tarik. **O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

ANTUNES, Ricardo.; RIDENTI, Marcelo. “1968 no Brasil”. In: **Revista Margem Esquerda. Ensaios Marxistas**. Nº 11. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

CARVALHO, João. “Partidos de extrema-direita e a gestão da crise do asilo na Europa. O caso francês”. **Revista Relações Internacionais**, junho de 2016, Nº 50. Disponível no endereço eletrônico: [goo.gl/VNRiXd](http://goo.gl/VNRiXd). Acesso em julho e agosto de 2018.

CAUTE, David. **1968 Dans le Monde**. Paris-França: Editions Robert Laffont. 1988.

COHN-BENDIT, Daniel. Et. alii. **A Revolta Estudantil**. Rio de Janeiro: Editora Laudes S.A., 1968.

FORACCHI, Marialice M. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

FREITAS NETO, José Alves “A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana”. **Revista Ensino Superior Unicamp**, 2011, N<sup>o</sup> 3. (62-73).

GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice. **Rebeldes e Contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários. Ensaios Contemporâneos**. 3<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_ **Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

LOLLO, Acchile. “Itália-1968: movimento estudantil e conflito social”. In: **Revista História: Debates e Tendências**. Vol. 1, n. 1, (junho, 1999). Passo Fundo-RS: UPF, 1999. Disponível em: [goo.gl/aNmj9v](http://goo.gl/aNmj9v). Acesso em julho e agosto de 2018.

MATOS, Olgária C. “Tardes de Maio”. In: **Revista Margem Esquerda. Ensaios Marxistas**. N<sup>o</sup> 11. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar. 1964 - 1968**. Campinas- SP: Editora Papyrus, 1987.

MARTINS, Luciano. **A Geração do AI-5 e Maio de 68: Duas manifestações intransitivas**. Rio de Janeiro: Editora Argumento, 2004.

PURDY, Sean. “1968: A Rebelião Estudantil nos Estados Unidos”. In: **Revista Cult**. Edição N<sup>o</sup> 126, 2008. Disponível no endereço eletrônico: [goo.gl/7xBp6N](http://goo.gl/7xBp6N). Acesso em julho e agosto de 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990



\_\_\_ **1968, a paixão de uma utopia.** Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SOMMIER, Isabelle. “La Résistance comme référence légitimatrice de la violence. Le cas de l'extrême-gauche italienne, 1969-1974”. **Politix. Revue des sciences sociales du politique.** Année 1992, Vol. 5, N<sup>o</sup> 17, pp. 86-103. Disponível no endereço eletrônico: [goo.gl/Q1pi6k](http://goo.gl/Q1pi6k). Acesso em julho e agosto de 2018.

VALLE. Maria Ribeiro do. 1968: **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil.** São Paulo, Editora da UNICAMP, 1999

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A revolução vietnamita: da libertação nacional ao socialismo.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

YAZBEK, Mustafá. **A Revolução Argelina.** São Paulo: Editora da UNESP, 2010.